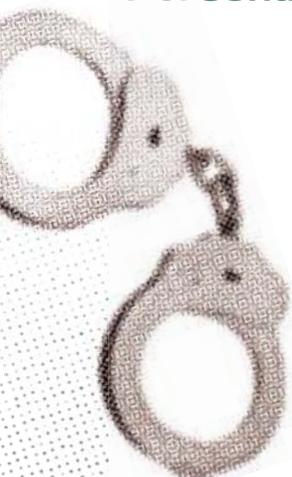




Personal trainer sem registro é preso



O Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF12/PE-AL) realizou em dezembro, acompanhado pela Polícia Militar local, a primeira prisão no Estado de Pernambuco provocada pelo exercício ilegal da profissão. O caso ocorreu no município de Petrolina, onde uma ação do Conselho fiscalizou academias de ginástica.

De acordo com a chefe de fiscalização do CREF12/PE-AL, Rosângela Albuquerque, a prisão ocorreu devido ao exercício ilegal da profissão

prestado por um personal trainer, que atuava no Parque Municipal Josefa Coelho sem registro. "Este senhor já havia sido alertado que praticar atividades privativas de uma profissão regulamentada, sem o devido registro em seu Conselho de categoria profissional, é crime. Mas ele não se intimidou, continuou atuando e provocando lesões nos usuários dos seus serviços", explicou Rosângela.

Fonte: Portal IG

Procon e CREF5/CE-MA-PI notificam 120 academias



O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e o Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CREF5/CE-MA-PI) estão fazendo inspeções nas academias de ginástica de Teresina-PI. No primeiro dia, os fiscais do Procon e do Conselho Regional autuaram três academias: na Zona Leste, na Macaúba, e no Saci, Zona Sul de Teresina.

O quadro da situação das academias de ginástica de Teresina é crítico. Uma inspeção iniciada em fevereiro do ano passado do Procon e do CREF conseguiu notificar 120 das 200 academias visitadas por irregularidades.

Fonte: CREF5/CE-MA-PI

Fiscalização identifica contratações irregulares

A contratação de profissionais e estagiários de Educação Física para academias, clubes e outros estabelecimentos será fiscalizada pelo CREF11/MS-MT e pelo Ministério Público Federal do Trabalho (MPT), para tentar acabar com irregularidades e abusos das empresas.

Segundo o presidente do Conselho, Domingos Sávio da Costa, a fiscalização em conjunto com a Procuradoria servirá

para coibir a prática irregular. "Nós vamos, em parceria, fiscalizar a atuação dos acadêmicos como estagiário e as contratações irregulares. Quando a irregularidade for constatada, a Procuradoria irá usar as ferramentas legais para punir a empresa", afirmou.

A procuradora chefe do MPT, Dra. Rosimara Delmoura Caldeira, explicou que muitas academias buscam mão-de-obra barata e, por isso, contratam de

forma irregular o estagiário, que acaba desempenhando funções fora das atividades extracurriculares exigidas.

Para dar início às investigações, o CREF11/MS-MT irá encaminhar à Procuradoria ainda neste mês as representações com os históricos de alguns estabelecimentos que apresentaram irregularidades nas contratações.

Fonte: Capital News (MS)